



Mascarenhas, Maria Paula & Neves, José Pinheiro (2013)
Ecosofia e Ecologias no mundo contemporâneo.
Braga, Universidade do Minho- Centro de Investigação Ciências Sociais e Observalicia
ISBN: 978-989-96335-2-0]

A vida na comunidade política: a ética na sociedade democrática

EDUARDO JORGE DUQUE
Universidade Católica Portuguesa e CECS - UMinho
eduardoduque@braga.ucp.pt

ANTÓNIO CALHEIROS
Universidade Católica Portuguesa
calheiros@braga.ucp.pt

Resumo

Torna-se cada vez mais evidente a necessidade de que a vida em sociedade se inspire em valores éticos fundamentais, já que estes são o motor de formas diferenciadas de orientação da sociedade. O desenvolvimento social manifesta a relação necessária entre a natureza, a inovação e um conjunto de valores e comportamentos que, na vida em sociedade, têm expressão no princípio da racionalidade sociocultural, pelo que a generalização do desenvolvimento implica a generalização dos mesmos valores e comportamentos; ou seja, se houvesse, entre nós, o hábito generalizado de valores, atitudes e comportamentos de matriz sustentável, os programas resultantes desses valores seriam naturalmente sustentáveis e, naturalmente, maduros, participativos, democráticos e integrados.

A transformação do bem comum não se faz por decreto. Faz-se com as pessoas, envolvendo-as, porque o bem comum condensa muitos dos caracteres subjacentes à maior parte dos conceitos de dignidade da pessoa, que, levada a sério, determina de *per se* uma transformação social, já que destrona a economia especulativa como centro do desenvolvimento e da história e devolve o protagonismo às pessoas e à natureza, restituição imprescindível para se construir um futuro sustentável.

Palavras-chave

Valores éticos, Dignidade humana, Vida em sociedade, Educação social.

Introdução

A consciência da dignidade da pessoa promove, na ordem social, um maior respeito pelos próprios direitos da pessoa, condição indispensável para a construção de uma sociedade livre e democrática, que transporta consigo condições suficientes para o crescimento do respeito pelas diferenças, pelos direitos das minorias e por quem tem opinião, posição, partido ou religião diferente.

Numa sociedade democraticamente adulta, desaprecia-se, individual ou coletivamente, as lógicas que oprimem as liberdades fundamentais, da mesma forma que não se aprecia o poder ao serviço de modelos unívocos de desenvolvimento.

Para se instituir uma política suficientemente justa, é necessário ter presente o sentido da justiça e do bem comum e determinar, de forma muito clara, os limites da competência dos poderes quer individuais quer públicos e, particularmente, que estes estejam ao serviço do ser humano e do seu bem-estar. Para tanto, é necessário o ajuste das opções políticas às situações concretas das comunidades, sem “importar” desadequadamente modelos, mas levando em atenção que todo e qualquer desenvolvimento não é mais do que a adequação das forças operantes durante o processo de transformação social aos contextos particulares de cada comunidade.

No estudo que aqui se desenvolve, reflete-se sobre algumas condições para o futuro da democracia. Procurar-se-á compreender a missão específica do cristão dentro da comunidade política, percebendo como se harmoniza a liberdade com a autoridade e como se equilibra a iniciativa pessoal com a solidariedade de todo o corpo social.

1 - Os problemas da democracia são inerentes à própria democracia

Numa sociedade democrática, é profícuo que exista um constante debate sobre as *verdades* acerca da pessoa e da comunidade, sobre as quais se baseia a democracia. Este debate é, por vezes, mais aceso pela dificuldade de relacionamento entre a verdade moral e a política democrática que faz parte da democracia. As dificuldades não são necessariamente o resultado da má vontade de um partido político ou das instituições. O moderno Estado democrático, como todos os Estados modernos, tem um apetite insaciável, quer englobar toda a realidade social, até mesmo a própria dimensão religiosa. O Estado, com frequência movido por retas intenções, tem a tentação de se converter ele mesmo numa Igreja. Contudo, são outros os perigos e preocupações inerentes à democracia. Na maior parte das nações, o soberano, seja qual for a sua origem, natureza e nome, tornou-se quase onipotente, e os indivíduos caem cada vez mais no último grau da fraqueza e de dependência. O mundo político transforma-se e é necessário descobrir novos remédios para os novos males.

Estabelecer, para o poder social, limites largos, mas nítidos e fixos; dar certos direitos aos indivíduos e garantir-lhes o gozo incontestável desses direitos; manter no indivíduo a pouca independência, força e originalidade que lhe restam; erguê-lo ao mesmo tempo que a sociedade e apoiá-lo perante ela; eis, quanto a mim, quais devem ser os principais objetivos do legislador da época em que entramos (Tocqueville, 1972).

Os princípios aqui plasmados estão hodiernamente a ser questionados. Vivemos na esperança de nos inserirmos numa comunidade, pautada pela legitimidade e pela legalidade, que consiga criar as condições objetivas e subjetivas à afirmação e ao bem estar bio-psico-social dos seus membros.

Num tempo onde os limites do Estado são cada vez mais imprecisos, coloca-se a questão acerca do papel da democracia enquanto sistema capaz de melhor defender o cidadão contra as arbitrariedades do poder. Trata-se de uma discussão complexa, aberta e, pelo menos para quem pauta a sua reflexão pela seriedade intelectual, de interdependências que devem ser pensadas e consensualizadas, sob o risco, caso isso não ocorra, de se instalarem poderes não democráticos nos espaços vazios criados.

Os problemas da democracia tendem a agudizar-se em virtude da crescente e intensa interdependência entre as sociedades. As grandes questões globais exigem respostas globais, apelando a uma governança consentânea com estes desafios, a qual exige a criação de condições para a afirmação de uma cidadania também ela global. As respostas, porém, têm-se, no que ao processo de globalização diz respeito, revelado ineficazes. Exige-se, assim, um novo modelo de governança global, que a Comissão Mundial da Dimensão Social da Globalização [WCSDG] (2004, p. 82) define como “o sistema de normas e instituições estabelecido pela comunidade internacional e os actores privados para gerir os assuntos políticos, económicos e sociais. Uma boa governança, tanto no âmbito nacional como global, deveria promover valores como a liberdade, a segurança, a diversidade, a equidade e a solidariedade. Mesmo

assim, deveria garantir o respeito pelos direitos humanos, o primado da lei no plano internacional, a democracia e a participação, fomentar as atividades empresariais e respeitar os princípios da responsabilidade, eficácia e subsidiariedade”.

Sabemos que, termos de um futuro recente, se nada for feito em matéria de governança global, podemos continuar a registar uma crescente interdependência de Estados, onde as instituições reguladoras tomam decisões que excluem do debate a própria sociedade civil, gerando, assim, comportamentos de euforia não partilhada, apatia, desconfiança e oposição às medidas tomadas, dado que as diretivas assumidas diminuem, não raras vezes, a eficácia das decisões políticas e o desempenho económico de determinados países. Esta fragilidade revela-nos a face de um sistema fragmentado e incoerente, com sobreposição de funções, rivalidades institucionais e quadros normativos por vezes pertinentes, infelizmente não aplicados, outras vezes não abrangentes e injustos. Estes handicaps derivam das condições de partida dos territórios e das instituições não serem as mesmas, dado que nem todos os Estados têm o mesmo poder e a mesma capacidade, a influência da sociedade civil é exercida de formas diversas, existe um défice democrático na governação global, e os países em vias de desenvolvimento apresentam dificuldades técnicas e políticas que os impedem de vencer as suas fraquezas e as suas ameaças (McRae, 1999).

A boa governança global, da qual depende o futuro da democracia, só é possível, na nossa perspetiva, num quadro institucional exigente, colaborativo e de acordo com um processo contínuo de aprendizagem. As instituições existentes, como veremos mais adiante, não têm conseguido responder a este desiderato.

Neste quadro de complexidade crescente e respostas inconsequentes, surge no horizonte da afirmação democrática o cenário preocupante da hegemonia discursiva. Esta hegemonia procura legitimar a estrutura neoliberal da globalização. Tal pretensão tem subjacente um projeto político concreto e assenta os seus pilares em dois conceitos complementares: a inevitabilidade prática (“não há alternativa”) e a otimilidade (“este é o melhor dos mundos possíveis”). Estes dois conceitos vão alternando em função da severidade da crise, sendo que o primeiro é usualmente aplicado quando estamos na presença de situações contestadas politicamente, enquanto que o segundo ocorre quando se pretende evitar a emergência de outras soluções alternativas, através da criação de um ambiente de sóbria responsabilidade. O discurso teórico e político que é difundido, sobretudo através dos meios de comunicação social, está estruturado na base de interesses de poder, qualquer que seja o conteúdo e a forma de que estes se revistam, procurando persuadir e coagir as instituições e as pessoas a adotarem modelos hegemónicos de crescimento económico, que vão alargando a sua zona de influência e consolidando a sua posição através de mecanismos formais e institucionais. Há, por assim dizer, um conjunto de interesses maquiados de acordo com uma roupagem ideológica¹ já indisfarçável.

As instituições da governação global estão, como facilmente se constata pelo discurso anterior, comprometidas com estes objetivos. A política económica hegemónica global resulta da interação entre três tipos de agentes institucionais (burocráticos, económicos e políticos) com um conjunto de instituições envolvidas de uma forma mais autónoma (universidades e meios de comunicação social). Apesar dos agentes burocráticos aparentemente agirem sob a tutela dos seus governos membros e ao serviço do eleitorado, muitos deles gozam de um poder autónomo considerável, interpretando acordos, elaborando e monitorizando políticas e construindo regimes políticos completamente novos. A sua legitimação resulta de uma insuspeita competência técnica e científica na formação e aplicação de políticas, à qual acresce um histórico de práticas bem sucedidas, a bondade das propostas e, para que não os acusem de serem irrealistas e ultraliberais, vestígios de um keynesianismo que legitime uma gestão racional alicerçada numa regulação internacional dos mercados.

De entre os agentes económicos, pese o facto de existir a tendência generalizada de se atribuir às empresas multinacionais os benefícios do processo de globalização, as instituições financeiras exercem o controlo direto sobre todos os fluxos de capital à escala global, servindo-se dos conhecimentos práticos especializados que utilizam em proveito de clientes específicos. Este poder é exercido através da transferência de recursos humanos chave entre as instituições financeiras, os departamentos governamentais nacionais e as instituições de governação global.

Os agentes políticos, sobretudo os dos países capitalistas mais importantes, também influem decisivamente sobre as linhas de orientação programática das instituições de governação global. Fazem parte deste grupo não apenas os eleitos, mas também os dirigentes de topo que são escolhidos em função

¹ Entendemos aqui neste contexto, assim como em todos os outros, ao longo deste artigo, o conceito de ideologia como um quadro de referência de valores. Estas podem ser, na nossa perspetiva, exclusivas e excludentes; assim como também podem assumir a existência do conflito, subordinando-o à negociação.

da sua afinidade política com o regime político escolhido e, não menos importante, a sua comprovada reputação acadêmica e empresarial. Esta situação permite-lhes ligar as convicções políticas às questões técnicas relacionadas com a formação das mesmas.

É assim que as Universidades acabam, apoiadas na cientificidade do seu discurso teórico e no conhecimento de boas práticas, por ratificar os discursos hegemônicos e as políticas económicas. De igual modo, a comunicação social, sobretudo a que está ligada à área dos negócios, pode legitimar todo o complexo institucional vigente. No entanto, sobretudo com as universidades não elitistas ou menos elitistas e a comunicação social mais generalista, as posições também podem ser mais autónomas. Esta possibilidade, mais próxima da diferença de interesses e de interpretações, pode ajudar inclusive a desestabilizar a ordem vigente (Peet, 2007).

2 - A democracia é e será sempre insatisfatória

Cita-se com frequência um parágrafo de Churchill: "A democracia é o pior sistema de governo conhecido do homem, excetuando todos os outros que se experimentaram". Há sabedoria nesta afirmação. Esta afirmação diz-nos que apesar de não existirem sistemas políticos perfeitos, a democracia tem-se revelado como o sistema que mais garantias dá ao cidadão contra o despotismo do poder. A isto não é alheio o facto do princípio fundador da democracia ter por base a afirmação de que toda a relação de poder assenta em quem obedece e não em quem manda. Porque não é perfeito, mas faz da liberdade e da lei as traves mestras da promoção do cidadão, a democracia necessita de fazer constantemente um ato de contrição. Exige a coerência deste sistema que ele próprio promova a intervenção dos cidadãos na comunidade e crie mecanismos eficazes para os eleitores se reverem na classe política livremente eleita para governar, ou para ser oposição forte e construtiva.

Face a estes pressupostos, e dado que os estilos de vida são objetivações de uma certa identidade, constatamos que a sociedade atual vive num quotidiano sócio-centrado. As sociedades das classes médias urbanas espelham esta realidade através de diversos sinais: a comunicação da identidade através do ter; a busca do efémero, a estruturação das relações e das decisões segundo o primado do utilitário... Neste sentido, a cultura hodierna está a jogar um jogo que não pode ganhar e, estranhamente, todos lhe parecem dar razão. Neste contexto, o individualismo apresenta-se como uma conceção de vida em sociedade, em oposição ao coletivismo e à vida em comunidade (Duque, 2003, p. 40).

Concordamos, em parte, com aqueles que encontram na crise de valores a génese dos problemas com que a nossa sociedade se debate. Digo em parte porque o debate em torno da formulação, seleção e implementação de "outros" valores tem sido praticamente nula. No entanto, um diagnóstico sucinto e objetivo permite-nos concluir que na sociedade atual predomina o individualismo, a decisão utilitária e politicamente correta, a idolatria intimista, a auto-absorção narcísica, a perda de identidade, a inexistência de alguém capaz de corporizar um quadro político-normativo justo e mobilizador, a dissociação dos agentes dos sistemas e subsistemas de ação democrática, a mercantilização da vida, as dinâmicas exclusivas e excludentes, a dislexia entre a política e a sua substância..., em suma, a destruição de uma cultura que se quer estruturada em valores abertos que apelem à identidade, à participação e à responsabilidade, valores capazes de devolverem a esperança às pessoas num quadro de complexidade, mudança e negociação.

A vivência cristã pode e deve, neste sentido, dar um contributo positivo para a afirmação destes valores. Para o cristão, a presença de Cristo não se reduz a um plano meramente metafísico-religioso, mas também a um plano ético, sociológico e, conseqüentemente, político. Cristo é a resposta ao homem. Este, por seu turno, encontra-se enquadrado num determinado espaço histórico, pertencendo a uma cultura específica e vivendo numa situação concreta. Cristo está com o homem na história de forma única, porque incarnada e criativa. Para o cristão, na realidade para qualquer pessoa que aspire viver na verdade, a única ordem satisfatória é o Reino de Deus, prometido no cumprimento escatológico da história.

A doutrina evangélica da presença cristã no mundo tem uma das suas interpretações mais genuínas nas palavras que empregava o Apóstolo Paulo ao escrever aos fiéis de Filipos: "que sejais irrepreensíveis e puros, no seio de uma geração perversa e depravada, na qual vós brilhais como luminares no meio do mundo" (Flp. 2, 15). Talvez seja este um aspeto da epístola a Diogneto que merece a pena destacar, pelo seu valor excepcional de testemunho histórico: a descrição do "modo de estar" dos cristãos no mundo, a imagem que oferece a sua presença na sociedade contemporânea. Esta presença no seio da sociedade civil, muitas vezes adversa, deveria pautar-se pela vivência espontânea sem inibições nem complexos.

Para um cristão é fácil reconhecer que a democracia, mesmo sendo um bem relativo, é superior a outros sistemas políticos, porque:

- a) É a forma de governo que nas atuais circunstâncias da modernidade melhor se adapta ao conceito cristão de dignidade humana. A tendência das leis da democracia é, em geral, o bem do maior número de cidadãos. Leis estas que, por sua vez, emanam da maioria, que pode enganar-se, mas não defende, naturalmente, interesses opostos aos seus. Pelo contrário, as leis da aristocracia tendem a monopolizar a riqueza e o poder nas mãos de um pequeno número, porque a aristocracia é sempre, por natureza, uma minoria. Pode-se, pois, dizer, de uma maneira geral, que os objetivos da democracia, no respeitante à legislação, são mais úteis à humanidade do que os da aristocracia.
- b) Promove e protege melhor o exercício dos direitos humanos mais básicos. Existe uma convenção tácita, e quase involuntária, entre todos os cidadãos de uma democracia: todos se sentem igualmente frágeis e sujeitos aos mesmos perigos, e o próprio interesse, reforçado pela cooperação, faz da ajuda mútua, em caso de necessidade, uma lei a que todos se submetem. E quanto mais as condições sociais são semelhantes entre si, mais força a lei tem para toda a comunidade.
- c) Nos regimes democráticos não se realizam grandes obras de beneficência ou caridade, mas prestam-se constantemente bons serviços mútuos. Não é muito vulgar encontrar pessoas que se dediquem às causas com sacrifício, mas é corrente encontrar bons gestos de solidariedade.
- d) Oferece um amplo espaço para o exercício da responsabilidade social e a procura do bem comum.
- e) Está institucionalmente aberta ao futuro e, por isso, também ao futuro último do homem que, em linguagem teológica, poderia chamar-se de Reino de Deus.

Quando dizemos que a democracia é superior a outros sistemas políticos, dizemo-lo no sentido de representar muito mais do que o conjunto de instituições democráticas, não se trata, por isso, de uma soma de partes, mas de um todo coeso, de um sistema aberto que promove e estimula a liberdade e a dignidade de todo o ser humano.

3 - A democracia é mais do que o conjunto das instituições democráticas

As instituições (eleições, sistema judicial objetivo, liberdade de imprensa) são condições necessárias mas não suficientes para uma boa democracia. Para que uma instituição, no meio de um povo democrático, tenha determinado poder é necessário que seja representativa. Há muitos séculos, Aristóteles definia a política como o deliberar de pessoas livres sobre o tema "como deveríamos ordenar a nossa vida em comum?". A palavra "*deveríamos*" sugere que a política é, por um lado, plural, ou seja, não é centrada numa única pessoa, por outro lado, a política é uma iniciativa moral, surge dos "costumes" de um povo. A moralidade não se intromete na política democrática, é na realidade o seu coração. Os temas que regulam a política - e damos como exemplo, a justiça, a lealdade, o bem comum, etc. - são todos termos que interatuam com a moralidade.

Estes princípios devem ser colocados hoje na ordem do dia, dado o facto da amálgama de normas e de instituições, que fazem parte do conjunto de organizações internacionais², se terem mostrado incapazes de suprimir os disfuncionamentos resultantes do processo de globalização. Esta incapacidade deve-se, sobretudo, a aspetos tão diversos como: a cobertura incompleta dos acordos e o não funcionamento eficaz dos mesmos; a desigualdade e conseqüente influência que uns têm sobre os outros; a oposição de determinados grupos e culturas à expansão da democracia; a reforma da arquitetura

² "As Organizações internacionais são associações voluntárias de Estados constituídas através de um Tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns por intermédio de uma permanente cooperação entre seus membros" (Seintenfus & Deisy, 1999, p. 87). Podemos distinguir entre Organizações Internacionais Intergovernamentais Globais de domínio político (o caso da ONU) e Organizações Internacionais Intergovernamentais Globais de domínio específico (o caso da UNESCO). Temos ainda as Organizações Internacionais Intergovernamentais Regionais de domínio político (o caso da OEA e a OTAN) e Organizações Internacionais Intergovernamentais Regionais de domínio específico (o caso das Organizações de Cooperação Económica, como a EU e o MERCOSUL). Por último, como prova do amadurecimento da sociedade civil, temos as Organizações Não Governamentais (ONG) e os Grupos Transnacionais (GTN). As ONGs têm sempre um domínio específico (caso do Greenpeace e da Americas Watch), ao passo que os GTNs produzem bens no estrangeiro através das suas filiais, sobre as quais exercem domínio político e aplicam estratégias empresariais na produção, marketing, finanças e recrutamento de pessoal, transcendendo as fronteiras nacionais.

financeira, a inexistência de normas laborais fundamentais que salvaguarde os direitos laborais e sindicais; a necessidade de se promover a circulação transfronteiriça de pessoas, ligada à globalização crescente, à proteção dos migrantes e à miscigenação cultural; o facto das instituições que corporizam a governança global não estarem legitimadas pelo voto popular; as diversas carências dos países mais débeis; a não existência de mecanismos que promovam uma globalização justa e integradora; a necessidade de melhorar-se as políticas internacionais relativamente ao cumprimento dos Objetivos do Milénio, da Assistência Oficial para o Desenvolvimento, do perdão da dívida, etc.

Na governança global não pode ser descurada a emergência da contribuição da sociedade civil. Ainda que os méritos das organizações civis já sejam sobejamente conhecidos e reconhecidos, não poderão deixar de ser transparentes e profundamente escrutinados. Se o nível de exigência não pode baixar, também terá de ser efetuado um esforço adicional no sentido de se assegurar uma representação equilibrada da sociedade civil no seio da comunidade global, situação esta que não ocorre atualmente, dado que as organizações civis de países economicamente mais débeis são pouco representativas e possuem recursos escassos. Interessa, neste âmbito, referir a extrema necessidade de se promover interações eficazes entre a sociedade civil, os governos e os organismos internacionais, do modo a dirimir os conflitos entre eles e a resolver-se a justa equidade entre a democracia representativa e a democracia participativa.

Convém aqui referir o papel que os meios de comunicação poderão ter na governança global, dado que o acesso à informação, a disseminação da mesma e o debate público são essenciais à tomada de decisão. Assumem também aqui um papel importante outros meios de informação que nos permitam desenvolver uma governança em rede, de modo a que possamos ter acesso aos disfuncionamentos das instituições e dos acordos estabelecidos. Sabemos que estas redes globais reúnem atores públicos e privados em contextos de governança informal. A internet assume aqui um papel primordial, dado que permite, de forma rápida e desburocratizada, mobilizar atores e competências em torno de projetos pertinentes de mudança e consolidação social. Estas redes de responsabilidade e solidariedade descentralizadas devem trocar informação de forma aberta, democrática e não tecnocrática. Para que tal ocorra, é necessário promover-se a democratização das tecnologias de informação e comunicação, assim como uma melhoria na coordenação das redes, associações globais e as organizações internacionais, preservando sempre o seu carácter empresarial e de experimentação, dado que podemos estar a promover uma sociedade robotizada. Sem nos querermos alongar muito, termos de admitir que não é tarefa fácil manter a internet aberta e democrática. Colocam-se inúmeros problemas ao nível da liberdade e da segurança. Nora (1996, p. 271) coloca, referindo-se ao ciberespaço, a questão de “como estabelecer, neste novo, universo, um equilíbrio satisfatório entre vida privada e segurança coletiva, entre liberdade individual e razão de Estado?”. Esta pergunta é pertinente, porque deixa antever um espaço cibernético dominado pela espionagem, pela fraude, pela dissimulação, pela crença, pela cristalização de opiniões difusas...., em suma, pela falta de qualidade da informação, dando-se razão a Volkoff (2000, p. 228) quando afirma que, “tecnicamente, as possibilidades de desinformação através da cibernética são ilimitadas, em especial no domínio da imagem”.

Procurar e interpretar informação fidedigna, que esteja ao serviço de uma governança global aberta e democrática, subordinada aos princípios plasmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, obriga a que nos questionemos sobre a idoneidade dos sites; o compromisso público da fonte emissora com a verdade; a verdade dos factos, através da sua comparação com outros sites de referência; a bondade das explicações e a utilidade das mesmas. Por outro lado, este meio de comunicação não nos pode fazer perder o contacto com o mundo real, arrastando consigo as consequências denunciadas por Virilio (2000, p. 53), quando afirma que "devido às tecnologias, estamos a perder tanto o corpo próprio, em benefício do corpo espectral, como o mundo próprio, em benefício de um mundo virtual". Daí resultam interdependências de cadeias sucessivas à escala global, podendo a própria humanidade estar a deslocar-se do espaço físico para o espaço simbólico; da crítica para a resignação; da cidadania para o consumismo; do compromisso para a ausência, materializada na "crise" da política. A 'crise' da política toma duas formas complementares: vista por cima, trata-se da submissão dos aparelhos de Estado às obrigações da tecno-economia; vista por baixo, diz respeito à despolitização dos cidadãos.

Os microcomputadores, as redes por cabo como a Internet, os *multimédia*, acentuam este isolamento. O acesso ao fórum planetário, se for virtual, torna caduca a "ágora nacional" (Latouche, 1999, pp. 34.35).

Daqui resulta a necessidade e imperatividade de cada ser humano concreto encontrar mecanismos de participação e deliberação livres e independentes da ordem política vigente. Neste contexto, Alexis de Tocqueville referiu que a religião é a primeira instituição política. Compreende-se, assim, que a religião seja vista como uma organização “independente”, onde cada um se sinta à vontade para exprimir as suas

emoções e as suas ideias. É nessas comunidades que os homens aprendem os hábitos de vida em comum. Como sublinha João Paulo II na *Centesimus annus*, isto não significa que a mensagem cristã seja uma ideologia, nem que a Igreja seja mais um entre os atores do jogo político. A Igreja pode proporcionar o quadro cognoscitivo e moral em que se enquadra a atividade política. Por vezes, como nos recordou a *Evangelium vitae*, isto implica afirmar as verdades morais³ que o Estado, pondo de lado a sua própria legitimidade, viola. Isto não é só um perigo teórico, mas é a situação atual em alguns dos nossos países, em relação a questões como o aborto e a eutanásia.

4 - A democracia é mais do que o domínio da maioria

Naturalmente, a democracia é o domínio da maioria através das instituições representativas e no respeito dos limites constitucionais. Isto não quer dizer que tudo possa ser matéria de votação. Entre as coisas que não se submetem ao voto, figuram a liberdade religiosa, a liberdade de expressão, a liberdade de associação e outros direitos civis básicos que tornam a política democrática possível e moralmente valiosa. Certamente, um povo pode votar democraticamente para eliminar esses direitos básicos, mas então a democracia teria deixado de ser democracia.

A possibilidade da democrática autodestruição da democracia recorda-nos de novo que a democracia necessita de algo mais que a existência de instituições democráticas. Segundo Tocqueville, existe uma lei geral que foi feita, ou pelo menos adotada, não pela maioria deste ou daquele povo, mas pela maioria de todos os homens. Esta lei é a justiça. A justiça estabelece pois um limite para o direito de cada povo. Quando me recuso a obedecer a uma lei injusta, não contesto à maioria de governar: recorro apenas da soberania do povo para a soberania do género humano.

Há pessoas que não têm medo de afirmar que um povo, nos assuntos que lhe dizem respeito, nunca sai completamente fora dos limites da justiça e da razão, e que, portanto, devemos confiar todo o poder à maioria que o representa. Considero, diz Tocqueville (1972), esta linguagem uma linguagem de escravos.

Esta situação faz-se sentir com muita acuidade nos tempos hodiernos. Já nos referimos à hegemonia discursiva, no seio da qual está o lado mais obscuro da transparência: a inocuidade.

A questão da transparência está relacionada com a sua inversa: a manipulação da informação. Esta questão é muito cara à democracia, uma vez que coloca em causa a sua própria existência. Sabiamente, Huxley (s/d, p. 105) refere que “a sobrevivência da democracia depende da aptidão de grandes maiorias para fazerem escolhas de modo realista à luz de uma informação sólida. Uma ditadura, pelo contrário, mantém-se censurando ou deformando os factos, e apelando, não para a razão, não para o interesse próprio esclarecido, mas para a paixão e o preconceito, para as poderosas ‘forças ocultas’, como Hitler lhes chamava, presentes nas profundidades inconscientes de cada espírito humano”. Por isso mesmo, apesar de defendermos que esta transparência passa inevitavelmente pela prestação de contas ao nível económico e financeiro, vamos elevar a fasquia da análise e centrarmo-nos em aspetos mais intangíveis.

Muitos autores apelam à necessidade de estarmos atentos à governação a que estamos sujeitos, principalmente nos países considerados democráticos, uma vez que na prática estes países apregoam uma doutrina - a democracia - mas praticam um poder não emanado do povo, como resultado de eleições livres, mas de minorias opulentas e privilegiadas, sedentas de poder.

Torna-se necessário reconhecer que a manipulação da informação existe tanto nos regimes ditatoriais como nos regimes ditos democráticos. O objetivo é o mesmo: controlar os cidadãos de acordo com a ordem que se pretende implementar. Se o objetivo é igual, os meios são diferentes. Nos regimes ditatoriais, os cidadãos são controlados através da censura; nos pretensos regimes democráticos, faz-se através do excesso de opinião e de informação, recorrendo-se à propaganda política. Seja como for, a propaganda política tem um objetivo muito preciso: obter o consentimento coletivo a respeito de matérias ininteligíveis para o eleitorado, salvaguardando sempre o princípio da participação controlada. Sentimos isto quando assistimos aos debates que nos são propostos, os quais refletem escolhas elitistas num quadro de referências demissionárias. Neste sentido, é necessário promover a marginalização e a distração em detrimento do pensamento crítico, ou seja, é necessário manipular a opinião pública. As dinâmicas de

³ “Num regime democrático, onde as leis e as decisões se estabelecem sobre a base do consenso de muitos, pode atenuar-se na consciência dos indivíduos investidos de autoridade o sentido da responsabilidade pessoal. Mas ninguém pode jamais abdicar desta responsabilidade, sobretudo quando tem um mandato legislativo ou poder decisório que o chama a responder perante Deus, a própria consciência e a sociedade inteira por opções eventualmente contrárias ao verdadeiro bem comum. Se as leis não são o único instrumento para defender a vida humana, desempenham, contudo, um papel muito importante, por vezes determinante, na promoção da mentalidade e dos costumes”. (João Paulo II, 1995).

subjugação do eleitorado são entendidas como um progresso da democracia, ao passo que as divergências são tidas como problemas a ultrapassar, mediante uma articulação de esforços que conduza o eleitorado à apatia e à obediência.

Sem quereremos colocar quem quer que seja em questão, erguem-se vozes “preocupadas” com o déficit da nossa democracia. Reconhecemos que o problema da democracia é o ceticismo informal galopante, que une pessoas para além dos circuitos controlados da informação. Esta preocupação é entendida e assumida pelo poder político de forma tão vigorosa que não se hesita, qualquer que seja a escala em questão, em (re)inventarem-se inimigos, em (re)criarem-se cenários apocalípticos remetendo ao esquecimento aqueles que diferem da opinião da “classe especializada”.

A manipulação da informação está nas antípodas do princípio ético que une toda a comunidade humana, acima das suas diferenças temporais e espaciais: “não faças aos outros aquilo que não queres que te façam a ti”. Contra este princípio universal, a manipulação da informação, a soldo de um qualquer poder que por aí haja, proclama: “tudo é permitido desde que sejamos nós a fazê-lo”.

Este problema - o do “consentimento” - também se coloca ao nível das organizações internacionais. No entanto, Chomsky (1999, p. 57) constata que, ao longo dos tempos, as massas têm cada vez mais tomado consciência que o processo político favorece uma minoria privilegiada. “Oitenta por cento hoje em dia contra menos de cinquenta por cento em anos anteriores”. Toda a estratégia elaborada para “arregimentar a consciência coletiva” torna-se natural quando a sociedade é governada pela economia e se gasta enormes fortunas em ações de marketing: “um bilião de dólares americanos, ou seja um sexto do PIB, na sua maioria dedutível de impostos, pelo que o povo paga o privilégio de a sua forma de pensar e o seu comportamento serem sujeitos a manipulação”.

Chomsky é otimista ao acreditar que as lutas populares atuais se desenvolvem em ambientes mais favoráveis do que há anos. A solidariedade internacional pode ser uma alavanca fundamental para a tomada de consciência de que os problemas são comuns e logo as soluções também devem ser encontradas em conjunto.

Bourdieu defende que o Estado é uma realidade ambígua. Para Bourdieu (1998, p. 32), não é suficiente dizer que o Estado é um instrumento ao serviço da maioria dominante. “O Estado não será completamente neutro, completamente independente dos dominantes mas tem uma autonomia tanto maior quanto mais antigo e forte é, quanto mais conquistas sociais importantes foi registando nas suas estruturas...”. E para evitar que o Estado regrida, é importante que os cidadãos desenvolvam um forte sentido de cidadania através de uma forte mobilização social, combatendo e lutando contra as constantes tentativas de dominação pelos grupos de pressão. Os cidadãos não poderão estar prisioneiros de imagens veiculadas por quem quer que seja, mas apenas conscientes que num Estado Democrático a conflituosidade é natural e o processo de negociação necessário. Deve, por isso mesmo, recusar a uniformidade e assumir que a liberdade é “um grande bem, a tolerância uma grande virtude e a arregimentação uma grande desgraça. Por razões práticas ou teóricas, os ditadores, os Homens de Organização e certos cientistas estão ansiosos para reduzir a exasperante diversidade humana a uma sorte de uniformidade manejável” (Huxley, s/d, p. 204).

Outra mistificação tem ocorrido com o conceito de globalização. Neste conceito tem-se valorizado a sua componente económico-financeira em detrimento de outras dimensões que manifestam a atuação humana. Se é verdade que não se pode globalizar sem abrir fronteiras, também não é menos verdade que o deveremos fazer através de ajustamentos que não provoquem clivagens sociais e civilizacionais. A abertura de mercados e a concorrência dos países de mão-de-obra a baixo custo não podem ser argumentos para retirar direitos adquiridos, assim como a necessidade de implementação global da democracia não pode ser imposta, mas proposta.

Ainda no campo político, as imagens que nos entram porta adentro através da televisão - e também dos jornais - é de um mundo em conflito, cheio de guerras, atentados, crimes, violência de toda a espécie. Isto provoca sentimentos opostos. Por um lado, de horror por um sofrimento que não faz sentido, por outro de alívio por não estarmos sujeitos a esses horrores e de nos sentirmos felizes contentando-nos com o que temos. Para quê questionar a nossa situação atual se existem outras em muito piores condições que nós? Apesar disto, esporadicamente, ao longo da história, têm surgido revoltas e revoluções contra a ordem estabelecida. No entanto, o resultado acaba por não coincidir com as pretensões dos revoltosos. O poder só muda de mãos: de uma minoria opulenta para outra minoria opulenta. Frequentemente, os verdadeiros ideólogos das revoluções afastam-se da arena política. Não conseguem compactuar com os meandros do jogo político.

Um artigo da revista Visão sobre o nosso mundo *orwelliano*, deixa-nos preocupados com a dimensão do desenvolvimento tecnológico. Em nome do combate ao crime, ao terrorismo e em nome da segurança dos cidadãos, qualquer cidadão pode ser ouvido, localizado e seguido através do seu telemóvel

ou computador. Estima-se que em França possa haver cerca de 33.000 telefones sob escuta, para uma população de 60 milhões; em Portugal estima-se que sejam cerca de 13.000⁴. Parte destas escutas fazem-se à revelia da legalidade. E quem controla o investigador? Os dados? As informações obtidas ilicitamente? Ou mesmo licitamente? Temos constatado a existência de grandes falhas de sigilo nos processos mais mediáticos em curso. Se assim acontece, ninguém pode confiar na confidencialidade das investigações quando outros interesses se levantam. George Orwell está cada vez mais atualizado.

Por tudo isto, existe um descontentamento geral pelo desempenho dos governos democratas. Como diz Bourdieu (1998, p. 109) “estamos fartos das hesitações e compassos de espera de todos esses “responsáveis” eleitos por nós e que nos declararam “irresponsáveis” quando lhes lembramos as promessas que nos fizeram”.

Esta transparência, porém, pode vir a reencontrar um espaço que foge ao controlo da informação. Recordemos a recente intervenção de Al Gore com o seu documentário *Uma Verdade Inconveniente*, realizado por David Guggenheim.

Al Gore procura despertar as consciências das pessoas para as alterações climáticas, de modo a estes exigirem aos seus governantes soluções para resolverem o problema da crise climática. Também deparamos com os problemas de que temos vindo a falar. Os maiores poluidores estão muito próximos do poder político. Gore acredita que a sociedade civil não se envolve porque desconhece os factos. Ao tomar conhecimento deles, a população acaba por se impor aos interesses dos poluidores. Sabe, porém, que os debates acabam por ser determinados pelos meios de comunicação dominantes. No entanto, deposita toda a esperança no relançamento do debate da democracia na internet, porque este meio permite a cada indivíduo manifestar-se, partilhar ideias, contestar, apoiar, revolucionar e tudo isto num contexto global. Esta contestação pode ser feita entre duas pessoas que residem em lados opostos do planeta.

Uma comunidade internacional mais desperta conduzirá a uma maior solidariedade internacional. A internet é um dos meios importantes para o despertar de uma consciência coletiva adormecida e para a descoberta de problemas comuns e de, em conjunto, se encontrar soluções integradoras e que respeitem as alteridades individuais e coletivas.

Sugeriríamos a seguinte máxima: a política é em grande parte o fim da cultura; no coração da cultura está a moralidade e no centro da moralidade, a religião. Quando se esquece esta máxima, a democracia entendida como o domínio da maioria leva à morte da democracia.

5 - A separação Igreja/Estado não deve significar a separação religião/vida pública

O Estado não deve professar uma fé. No entanto, é isso que faz quando - em hostilidade à fé do povo - professa o secularismo militante como sucedâneo. O grande perigo antidemocrático não vem do livre exercício de uma religião, mas da imposição de crenças secularistas por parte de governos que não acreditam numa soberania mais elevada. O perigo torna-se também presente nas nossas democracias quando a separação da Igreja do Estado se entende como separação entre religião e vida pública. A praça pública, por natureza, rejeita o vazio. Se não se enche com a expressão das mais profundas convicções do povo, incluindo as convicções religiosas, enche-se com qualquer outro tipo de crença, por vezes, frívola e banal. Hoje, face a uma sociedade competitiva que tende a suscitar atitudes individualistas e a promover relações efémeras e monetaristas, a solidariedade cristã não se encontra completamente expurgada do tecido social. Provavelmente, em situações adversas, é bem possível que os valores genuinamente cristãos ressurgam com uma tal pujança que enformem novamente a sociedade. Talvez do confronto entre uma sociedade marcadamente consumista e egoísta, para a qual a justiça é comutativa, e os pseudo valores cristãos, por muitos vividos, que cultivam um gosto mórbido pelos "coitadinhos", possa surgir uma verdadeira solidariedade cristã que promova o outro como pessoa, também ela solidária, mas sem dívidas.

Pode negar-se a fé, atitude perfeitamente legítima, mas não se pode negar a relação entre a fé e a libertação, relação esta sujeita a intrincadas manipulações, mas, quando vivida com a seriedade, também é capaz de libertar o indivíduo, e com ela a sociedade, para patamares de profunda humanidade. À volta do homem desenvolve-se um fenómeno psicológico de grande envergadura, o qual podemos apelidar de *evento do sentido humano*. Os homens sentem-se ligados em torno de um progresso cativante (Chardin, 1957). A vida não pode continuar sem a exigência de uma ascensão contínua (Chardin, 1955), a nível material e psíquico.

Ao homem falta-lhe um novo domínio da expansão psíquica, estado terminal do processo evolutivo. Se este é, em última instância, a ascensão da consciência, então o novo estado de expansão

⁴ Visão nº 639.

psíquica é como uma Consciência Suprema: ponto culminante de uma convergência de consciências, capaz de atrair a si e à sua volta os restantes centros conscientes. Tal tarefa só pode ser efetuada por um centro que seja centro de centros (Chardin, 1962): o ponto Omega.

Por isso, para que o homem continue com a sua dinâmica evolutiva é necessário a presença de um fim que mantenha o interesse de viver, um centro transcendente de personalização e unificação, que pode ser Cristo, Buda, Zaratustra, etc., conforme as convicções de cada um (Archer, 1985).

Este é um exemplo concreto de que a dimensão humana transcende a vida política, mas não está separada desta, porque no homem não existem compartimentos estanques, antes vasos comunicantes que procuram um sentido para a existência individual e coletiva. Por isso mesmo, na nossa perspectiva, a separação da Igreja e do Estado é uma limitação do governo⁵, não da religião. Isto quer dizer que o Estado reconhece a sua incompetência nas mais importantes áreas da vida e especialmente no que respeita às perguntas fundamentais formuladas pela religião⁶.

6 - O pluralismo está escrito no guião da história

Com frequência, as pessoas recorrem ao pluralismo quando argumentam que se deveria separar a religião da vida pública. Afirmam que é necessária a nudez, o vazio da praça pública, "porque vivemos numa sociedade pluralista" (Emeshegyi, 1976). O autêntico pluralismo não significa ocultar as nossas mais profundas diferenças. Pelo contrário, consiste em assumi-las dentro do vínculo da nossa civilização. O pluralismo (Fontenla, 1984) exige o respeito mútuo das pessoas, não a diferença ante a verdade. Pode estar-se de acordo com a velha máxima "o erro não tem direitos", se, ao mesmo tempo, se reconhece que o erro está nas pessoas e que essas pessoas, sim, têm direitos.

Estes direitos são passíveis de maior respeito em sistemas democráticos. No entanto, como já anteriormente afirmamos, a democracia enfrenta fragilidades que lhe são específicas, as quais resultam do facto de permitir que exista no seu seio forças que lhe são antagónicas. Os opositores sabem dessa fragilidade e exploram-na em proveito próprio. Um dos aspetos mais preocupantes, pelo abuso que se faz da religião, advém do confronto entre o mundo ocidental e o mundo árabe, como resultado da confluência de duas realidades negativas: o mundo ocidental vai-se afastando progressivamente dos seus valores, enquanto o mundo árabe mergulha numa intolerância, interna e externa, que corresponde ao impasse histórico de um povo que vive entre a humilhação do passado e a exaltação de um futuro dominado pela imposição de discutíveis valores (Maalouf, 2009). Enquanto isso, o atual individualismo democrático liberal, típico dos países ocidentais, antes de apresentar propostas credíveis, serve-se dos valores democráticos como instrumento de dominação, também ela interna e externa. Esta nova dominação é caracterizada pela desterritorialização, pela transmissão de um futuro sem ainda serem conhecidas as respostas para os problemas do presente, pela desmaterialização do tempo (Araújo et. al., 2013), pela degradação da sintaxe urbana, pelo desenraizamento e a conquista de novos lugares, pela promoção do *apartheid* urbano como consequência do *apartheid* social, pela degradação das sociabilidades, pela transformação de cidadãos em consumidores, pelo desmantelamento das referências, pela devastação dos corpos singulares, pela ideologia do exílio e de um mundo plano, pelos *thrillers* financeiros, etc.

Face a estas contradições insanáveis, e em nome de uma tolerância preguiçosa, que oculta a contradição e nega a negociação, caímos num relativismo separativo. "A visão do pluralismo integrador não pode ser desacreditada pelo relativismo inócuo. A diferença terá de estruturar-se em visões diferenciadas da realidade, correspondentes a perceções diversas, mas sempre apoiadas em paradigmas minimamente credíveis. Caso isto não ocorra, o pluralismo pode evoluir, na nossa opinião, no sentido de se limitar e cristalizar o diverso e não o assumir como uma realidade inviolável, mas, simultaneamente,

⁵ Relembramos que a religião também tem as suas limitações. As religiões deverão respeitar mais do que nunca os limites que lhes são propostos, sem procurarem ultrapassá-los em nenhum momento; se pretenderem alargar a sua influência para além dos aspetos religiosos arriscam-se a que se deixe de acreditar nelas num ou noutro aspeto. As religiões deverão definir, com precisão, o círculo dentro do qual pretendem reter a atenção dos homens, e deixá-los para lá desse círculo inteiramente livres (Tocqueville, 1972).

⁶ Deste modo, o objetivo principal, e uma das grandes vantagens das religiões, é dar uma resposta clara, nítida, precisa, facilmente compreendida pelas multidões e muito duradoura, a cada uma destas questões fundamentais. Toda a religião que se mantém dentro destes limites (em vez de sair fora deles, como algumas o fizeram, para tentar impedir o livre desenvolvimento do espírito humano) representa um ponto salutar para a inteligência e deve reconhecer-se que, mesmo que não sirva para a salvação dos homens no outro mundo, é, pelo menos, muito útil para que vivam felizes, e com elevação, neste mundo terrenal (Tocqueville, 1972).

aberta e evolutiva. Em termos concretos, isto poderia levar-nos à aceitação das desigualdades como um imperativo ético de respeito face à diversidade” (Calheiros, 2013).

Significa isto que a tolerância é uma virtude cristã? Penso que a resposta, em última análise, é afirmativa. Mas tolerância não é sinónimo de indiferença, não é simplesmente "suportar" aqueles com quem não estamos de acordo. É um genuíno respeito pelos outros. João Paulo II (1991) referia, especialmente na *Centesimus annus*, que não é o agnosticismo que garante uma sociedade livre e justa, mas o respeito pela pessoa em sociedade.

7 - O Papel da Religião no Estado democrático

A religião orienta os costumes, contribuindo para estruturar o Estado. Todavia, a religião não consegue impedir que o homem obedeça às tentações que a fortuna lhe sugere. Ela não só determina os costumes como estende a sua influência tanto ao coração como à razão.

A religião tem como objetivo elevar a vida do ser humano, dar-lhe sentido, apontar horizontes, rasgar caminhos, tudo isto num horizonte de liberdade. Liberdade que se estende aos diversos aspetos da vivência humana. Neste contexto, a radiomensagem de Pio XII, no Natal de 1944, marcou a nível doutrinal um ponto de viragem na relação da Igreja Católica com a democracia, valorizando-a enquanto forma de governo mais compatível com a dignidade e liberdade dos cidadãos e como um regime político consentâneo com os ensinamentos da Igreja.

Progressivamente, no contexto de democratização das sociedades europeias do pós-guerra e na perspetiva eclesial dos anos cinquenta, o entendimento da liberdade no pensamento da Igreja implicava simultaneamente a possibilidade de exercício das liberdades públicas da sociedade civil.

Estas liberdades criam, por vezes, oposições, as quais muitas vezes se traduzem na relação entre violência, pobreza e injustiça. A violência e a injustiça podem assim vencer a utopia da liberdade, concebida segundo um horizonte cosmopolita que respeite o enraizamento do ser humano num espaço concreto e numa cultura particular.

Face a estas lógicas de funcionamento, que colocam em risco a existência do Estado democrático e a boa governança que lhe está subjacente, podemos concluir com Maalouf (2009, pp. 247-248) que “teremos de escolher entre duas visões do futuro (...). De um lado (...) várias ‘civilizações’ que se afrontam, mas que culturalmente se imitam e se uniformizam, do outro, uma única civilização humana, mas que se desenvolve através de uma infinita diversidade”, a permeio deveremos reconsiderar a existência de um Estado democrático com base nos seus pressupostos de existência: território, povo e um poder político que existisse numa base e alicerces de Justiça.

Retomando a questão anteriormente formulada, que papéis podem os cristãos desempenhar nesta trama? Acima de tudo, semear a justiça, o respeito pelo outro, o valor inviolável da vida, ser tolerante, etc. As formas de o fazerem dependerão de cada um e podem ir desde as formulações mais simples até às mais politizadas. As imagens referentes a Cristo mudam consoante as representações sociais, políticas, culturais, históricas e religiosas concretas. A referência imaginária que esta ou aquela época detém a respeito desta ou daquela figura de Jesus não é neutra. Aquilo que lhe é atribuído é em função da atitude que uma dada época toma relativamente ao problema da sociedade, da religião e de Deus.

Independentemente disto, a figura de Cristo parece ser operativa quanto ao ideal de bondade e serviço que lhe está associado, podendo a referência à mesma não ser eclesial ou religiosa. Na base desta diversidade encontramos duas grandes causas: a atitude de cada um ou de cada época face ao problema social, religioso e de Deus e, por último, o facto das diversas imagens estarem vinculadas ao ideal de felicidade que Cristo incarna, o qual tem sido sempre, ao longo da história, expressão do desejo humano (Régeard, 1980). Tudo isto é feito tendo por base não só uma tradição estruturante, mas sobretudo as aspirações e os estrangulamentos de cada indivíduo concreto, o qual, enquanto ser sociável, tende a comunicar aos outros o sentido da vida e a unidade cósmica por ele pensada e assumida. Esta visão teológica é abrangente, ecuménica e respeitadora do "ethos" vivencial e da cosmovisão específica de determinada cultura. Cria laços de entendimento, salvaguardando o específico de cada povo e encarnando a sua mensagem em espaços socioculturais concretos.

Conclusão

Cada homem pode apreender, mediante a sua própria existência, onde se realiza o combate entre o desejo de uma outra vida e a angústia do tempo efêmero, tal como a lenta e difícil história do reconhecimento do eu e do outro em detrimento da satisfação narcísica. Neste sentido, o cristão sai de si e encontra um modo de ser com o outro, alicerçando a sua ação na articulação de dois grandes vetores: a fidelidade à Palavra Revelada conjugada com o desejo a uma vida feliz numa sociedade pacificada. A adesão mais ingênua e verdadeira, associada a uma ação política efetiva, pressupõe e tem presente estas componentes.

Tem presente a consciência de que, ao tornar-se homem e sendo solidário com os homens, Cristo se submeteu à petição e ao juízo humano, com as consequentes rejeições e manipulações. Uma das mais graves, muitas vezes utilizada por quem se assume como cristão, é a utilização de Cristo como um bom alibi para a obtenção do poder. Contrariamente a esta dinâmica, o cristão deve ter presente que Cristo continua a ser aquele que pretende para todo o homem uma libertação integral. Mesmo que a linguagem possa servir para manipular é a atitude de Cristo e, conseqüentemente, a atitude cristã que devem repor a verdade do que se proclama. No fundo, é esta razoabilidade que permite a afirmação histórica dos valores cristãos.

Face a tudo isto, Jesus Cristo continua a afirmar-se como o completamente Outro. Ao fazê-lo não só afirma toda a sua originalidade e força criadora, como se liberta da manipulação a que está sujeito. Partindo desta originalidade e desta força criadora, podemos afirmar que Cristo continuará, hoje e sempre, a ser um exemplo de liberdade e criatividade, inspirando os seguidores a respeitarem as rugosidades culturais e a lutarem pela libertação integral do ser humano. Assim sendo, o cristão não tomará partido contra o homem que erra, antes lutará contra o erro do homem. Não será um divisionista, mas pugnará sempre pela reconciliação do género humano.

Deverá ser um homem de palavra e de ação, capaz de interpretar e expressar todas as significações à luz dos símbolos evangélicos. Para o cristão, na sua ação política, a força e a penetração dos símbolos devem estar associadas à compreensão da pessoa e da mensagem de Cristo. Esta linguagem simbólica deve expressar e modelar a atmosfera do mundo, entendendo esta atmosfera como o espaço vital em que vivemos. Estes símbolos devem exprimir a totalidade do real, não apenas sensível, mas inteligível. Neste sentido, estes devem não só traduzir a força libertadora de Cristo, como tornar mais viva a Sua esperança.

É perante este desejo de felicidade e de libertação que o cristão deve, na sua ação política, responder às mais íntimas e profundas inquietações humanas. Deve fazê-lo no mais estrito respeito ao espírito crítico, de modo a interpretar e a compreender, de forma o mais correta possível, o mundo que se pretende transformar.

Bibliografia

- Araújo, E., Duque, E., Franch, M. (2013). "Having nothing to do". New epistemologies to understand contemporary social times, *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, Vol. 1, n. 2, pp. 351-363.
- Archer, L. (1985). *A representação de Deus para o homem de ciência. As origens do Universo da vida e do homem*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Arendt, H. (2007). *Responsabilidade e Juízo*. Lisboa: Dom Quixote.
- Aristóteles (2004). *Ética a Nicómaco*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Baptista, I. (2009). Educabilidade e Laço Social, Ética e Política da Alteridade, *Revista de Investigação Novos Desafios Educativos e Cidadania e Cidadania Social*, 16, 15-31.
- Bauman, Z. (2007). *A Vida Fragmentada – Ensaios sobre a Moral Pós-Moderna*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Bourdieu, P. (1998). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes.
- Calheiros, A. (2013). *Governança e planificação de espaços complexos. Análise qualitativa do exemplo Tui-Valença*. Santiago de Compostela: Departamento de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela.
- Chardin, T. (1955). *Le Phénomène Humain*. Paris: Éditions du Seuil.
- Chardin, T. (1957). *La Visión du Passé*. Paris: Éditions du Seuil.
- Chardin, T. (1962). *L'Énergie Humain*. Paris: Éditions du Seuil.
- Chomsky, N. (1999). *Derivation by phase*. Cambridge: MIT.
- Comissão Mundial da Dimensão Social da Globalização (2004). *Por una Globalización Justa. Crear oportunidades para todos*. Ginebra: OIT.

- Cortina, A. (1989). La ética discursiva. In V. *Historia de la ética Contemporânea*. Barcelona: Ed. Crítica. pp. 533-576.
- Cortina, A. (1993). *Ética Aplicada e Democracia Radical*. Madrid: Tecnos.
- Cunha, P. (1996). *Ética e Educação*. Lisboa: UCP.
- Duque, E. (2003). A Identidade na pós-modernidade: um conceito histórico-hipotético. *Cadernos do Noroeste* 21, 1-2, pp. 39-52.
- Emeshegyi, P. (1976). Ensayo sobre la "culturización" del cristianismo en Asia. Nuevos aspectos del pluralismo teológico. *Comision Teologica Internacional, El Pluralismo Teológico*. Madrid: Ed. BAC. Pp. 195-218.
- Espinosa, B. (1992). *Ética*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Fontenla, J. L. (1984). Pluralismo cultural e unidade da língua no mundo da lusofonia. As literaturas lusófonas. *Revista Galaico-Portuguesa de Socio-Pedagogia e Socio-linguística*, 2/3, pp. 19-39.
- Gibbard, A. (1996). Moralidade e evolução humana, in Changeux, J. P. *Fundamentos naturais da ética*. Lisboa: Inst. Piaget.
- Huxley, A. (s/d. original 1959). *O regresso ao admirável mundo novo*. (Col. Dois Mundos, N.º 51). Lisboa: Ed. Livros do Brasil.
- João Paulo II (1991). *Centesimus annus*. Parede: Príncipia Editora.
- João Paulo II (1995). *Evangelium Vitae*. Braga: Editorial A. O. Braga.
- Kant, I. (1995). *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Porto: Porto Editora.
- Kirsch, M. (1996). Introdução, in Changeux, J. P. *Fundamentos naturais da ética*. Lisboa: Inst. Piaget.
- Latouche, S. (1999). *Os perigos do mercado planetário*. (Col. Economia e Política, N.º 59). Lisboa: Instituto Piaget.
- Maalouf, A. (2009). *Um mundo sem regras. Quando as nossas civilizações se esgotam*. Lisboa: Ed. Difel.
- McRae, H. (1999). *O mundo em 2020. Política, cultura e prosperidade: uma visão do futuro*. (Col. "Biblioteca das Ideias", N.º3). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Nora, D. (1996). *Os conquistadores do ciberespaço*. (Col. Actualidades, N.º 4). Lisboa: Terramar.
- Peet, R. (2007). *Uma trindade pouco santa. O FMI, o Banco Mundial e a OMC*. (Col. Economia e Democracia). Cascais: Sururu Produções Culturais.
- Régeard, P. (1980). *Jesus a tant des visages*. Paris: Éditions du Centurião.
- Rosanvallon, P. (1995). *La nouvelle question sociale*. Paris: Éditions du Seuil.
- Seintenfus, R. e Deisy, V. (1999). *Introdução ao Direito Internacional Público*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.
- Tocqueville, A. (1972). *A Democracia na América*. Lisboa: Estúdios de Cor.
- Virilio, P. (2000). *Cibermundo: A Política do Pior*. Lisboa: Teorema.
- Visão, nº 639, 2 a 8 de Junho 2005. *O Mundo secreto das escutas*. pág. 32-40.
- Volkoff, V. (2000). *Pequena história da desinformação. Do cavalo de Tróia à Internet*. (Col. Media & Sociedade, N.º 10). (1ª Ed.). Lisboa: Editorial Notícias.